

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO DAS PRÁTICAS SOCIAIS¹

Márcio Junior Strassburger²

Resumo

O reconhecimento das percepções de sujeitos e comunidades sobre assuntos referentes à vida fundamenta o planejamento, programação e execução de práticas realmente eficientes e eficazes. A Teoria das Representações Sociais apresenta-se como um método capaz de identificar o conhecimento prático e a compreensão do contexto social. Esta teoria pode ser definida como um sistema de interpretação da realidade, organizada a partir das relações dos indivíduos com o mundo e orientada segundo as condutas e comportamentos no meio social. As Representações Sociais colaboram com a identificação das percepções que grupos sociais apresentam sobre determinado assunto, contribuindo dessa forma para a adequação das práticas sociais, no sentido de incrementar o conhecimento comunitário.

Palavras-chave: Método. Educação. Prevenção primária.

The social representations as practical method of accompaniment of the social ones

Abstract

The recognition of the subjects and communities perceptions about topics related to life, founds the planning, programming and execution of practices really efficient and efficacious. The Theory of Social Representations present like a method able to identify the practice knowledge and the comprehension of social context. The theory can be considered like a system of reality interpretation, organized from relations of the subjects with the world and oriented about the conducts and behavior on social area. The Social Representations collaborate with identification of the perceptions that social groups present about determined subject, in this way, contributing to social practice adequacy, on the effect of increases the community knowledge.

Keywords: Method. Education. First prevention.

¹ Capítulo integrante da Dissertação de Mestrado: Representações Sociais dos Usuários de Unidades de Saúde da Família relativos à Fisioterapia em dois municípios, no ano de 2006.

² Fisioterapeuta, mestre, docente do DCSa da Unijuí, marcio.s@unijui.edu.br

As ações e práticas em saúde, independentemente do assunto abordado e da comunidade beneficiada, enfrentam um adversário que interfere diretamente no processo de educação e promoção da saúde dos envolvidos: a adesão por parte da comunidade aos programas desenvolvidos.

Os motivos que possivelmente explicam o desinteresse e a baixa adesão às atividades podem estar relacionados, principalmente, com a dinâmica dos encontros. O planejamento realizado pelos profissionais, em alguns casos, diverge do que a comunidade espera das práticas.

As concepções que uma comunidade estrutura sobre determinado assunto define a aceitação ou não do objeto proposto, ou seja, os consensos culturais têm sua organização a partir de um conhecimento coletivo, que influencia na forma de pensar e agir diante de diferentes situações.

O conhecimento das percepções individuais e comunitárias torna-se uma ferramenta de extrema importância para a aproximação e adequação de estratégias, que visam à garantia da oferta satisfatória de serviços e produtos para os sujeitos e coletivos.

Nesse sentido, especificamente na saúde pública, torna-se importante identificar o que sujeitos compreendem sobre os aspectos relacionados à saúde. A interpretação correta das ações em saúde, por parte da comunidade, colabora diretamente com a melhor eficácia das atividades desenvolvidas, seja na educação e promoção da saúde ou na prevenção de doenças e agravos.

As concepções de comunidades sobre diferentes assuntos podem ser muito bem compreendidas a partir da Teoria das Representações Sociais (TRS), que é definida como uma forma de conhecimento prático, que se insere especificamente entre as correntes que estudam o conhecimento do senso comum e reproduzem o que se pensa sobre determinado assunto (Spink, 1993).

A busca pelas representações está vinculada ao reconhecimento das percepções de alguém (sujeito ou comunidades), sobre alguma coisa (objeto investigado). Nesse propósito, este texto busca revisar

alguns aspectos importantes dessa teoria, a fim de fundamentar sua utilização como um instrumento de avaliação e acompanhamento nas diferentes áreas da saúde.

A Teoria das Representações Sociais

Nos últimos anos o conceito de representação social tem aparecido com grande frequência em trabalhos de diversas áreas, o que leva muitas vezes à indagação sobre a correta definição dessa teoria.

Segundo Arruda (2002), este conceito atravessa as Ciências Humanas e não é patrimônio de uma área em particular, pois tem raízes na Sociologia e uma presença marcante na Antropologia e na história das mentalidades. Um primeiro delineamento formal do conceito de Representações Sociais (RS) surgiu no trabalho de Serge Moscovici, em 1961, intitulado *La psychanalyse, son image et son public*, em que partindo da sociologia do conhecimento, o autor começava a desenvolver uma psicossociologia do conhecimento (Sá, 1995).

A definição das RS, de acordo com Moscovici (1981 *apud* Teixeira et al, 2002), pode ser apresentada como:

por representação social nós queremos dizer um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originadas no decurso do cotidiano, no decurso das comunicações interindividuais. Elas são equivalentes em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais, elas podem até mesmo ser vistas como uma versão contemporânea do senso comum.

Jodelet (1985 *apud* Spink, 1993) define as Representações Sociais como modalidades de conhecimento prático, orientado para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos. Apresentam-se como formas de conhecimento, que se manifestam como elementos cognitivos (imagens, conceitos, categorias, teorias), sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuindo para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação.

Nas palavras de Abric (2001), essa teoria se articula com base na hipótese geral de que toda representação se organiza em torno de um núcleo central e periférico. Os elementos centrais da representação são muito estáveis, determinados pela natureza do objeto representado e pela relação que o sujeito mantém com esse objeto. Já os elementos periféricos são constituídos por um número maior de idéias acerca do objeto representado, fazem a interface entre o núcleo central e as situações e práticas concretas da população, incorporando as experiências e histórias individuais, mostrando-se sensível à influência do contexto social.

A compreensão das RS

As representações são, essencialmente, fenômenos sociais que, mesmo acessados a partir do seu conteúdo cognitivo, têm de ser entendidos desde o seu contexto de produção. De acordo com Paixão (1997), Moscovici destaca a existência de duas tendências básicas para a compreensão das Representações Sociais: o caráter ideológico e o sujeito psicológico.

A primeira tendência sustenta que os grupos e os indivíduos sempre estão sob o controle de uma ideologia dominante, que é produzida por uma classe social. Nessa perspectiva os aspectos reprodutivos das RS revelam a força dos mitos, crenças e saberes reificados, ou seja, privilegiam formas de conhecimentos hegemônicos e já estruturados.

Essa tendência busca conceitualizar a realidade social e a atuação dos sujeitos sociais, ou seja, significa compreender não somente o senso comum sobre determinado assunto, mas também como e por que pensam dessa forma (Andrade Junior et al, 2004).

Assim, as representações sociais são produzidas pelas interações e comunicações no interior dos grupos sociais, refletindo a situação dos indivíduos no que diz respeito aos assuntos que são objeto do seu cotidiano. Nas palavras de Jodelet (1989 apud Veloz et al, 1999), as representações sociais são um saber prático.

Na segunda tendência importa conhecer o produto gerado pelas informações que circulam na sociedade. Focaliza-se aqui, portanto, o que se conhece e expressa, mas ignora-se o sujeito que produz o conhecimento, de que maneira ele é construído e quais suas origens.

Desse modo todos os fenômenos que emergem do contexto social são investidos simbolicamente, ou seja, recebem nomes e significados que os avaliam, explicam e lhes dão sentido. Esses significados, à medida que circulam, transformam-se, de acordo com os modelos vigentes em uma determinada época e formação social (Coutinho et al, 2004).

A compreensão da estruturação das RS, segundo as duas tendências, apresenta formas distintas de atribuição dos conhecimentos encontrados na investigação pelas representações. A primeira delas considera a influência dos sujeitos e grupos de sujeitos na construção dos conhecimentos, enquanto que a segunda apenas analisa o conhecimento em si, sem relacioná-lo com seus formadores.

Os Processos Formadores

Além das tendências de compreensão existem, segundo Sá (1995), dois processos formadores das Representações Sociais: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem consiste na integração cognitiva do objeto representado a um sistema de pensamento social preexistente, no qual, de um modo geral, esse processo é responsável pelo enraizamento social da representação e de seu objeto.

Para Arruda (2002) a ancoragem dá sentido ao objeto que se apresenta para compreensão. Trata-se da maneira pela qual o conhecimento se enraíza no social e volta a ele ao converter-se em categoria e integrar-se à grade de leitura do mundo do sujeito, instrumentalizando o novo objeto. O sujeito recorre ao que é familiar para fazer uma espécie de conversão da novidade.

De acordo com Gomes (2004), a ancoragem consiste em perceber o conhecimento novo pela janela do saber antigo, isto é, o estranho é classifica-

do de acordo com algum conhecimento existente na memória do sujeito por um processo de aproximação e similitude.

No entendimento de Spink (1993), a ancoragem refere-se à inserção orgânica do que é estranho no pensamento já constituído, ou seja, ancora-se o desconhecido em representações já existentes.

A objetivação, outro processo formador de RS, refere-se a uma operação imaginante e estruturante pela qual se dá uma forma específica ao conhecimento acerca do objeto, tornando concreto o conceito abstrato (Sá, 2005). Gomes (2004) define a objetivação como um processo pelo qual o sujeito transforma o conhecimento novo, seja ele noções, idéias, imagens, etc., em objetos, coisas concretas e materiais, denominadas realidade da vida cotidiana.

Moliner (1996 apud Toledo, 2003) relata que a objetivação consiste em dois movimentos: a naturalização do objeto e a categorização. A naturalização do objeto compreende a construção de um modelo figurativo, um núcleo imaginante com a transformação do conceito em categorias de linguagem e entendimento. A categorização é o movimento pelo qual as RS são dispostas, ou seja, torna-se um instrumento de ordenamento e classificação do real.

Spink (1993), por sua vez, afirma que a objetivação implica três etapas: primeiramente, a descontextualização da informação por meio de critérios normativos e culturais; em segundo lugar, a formação de um núcleo figurativo, a construção de uma estrutura que reproduz de maneira figurativa uma estrutura conceitual; e, finalmente, a naturalização, ou seja, a transformação dessas imagens em elementos da realidade.

Após a objetivação e a ancoragem, é necessário transformar o não familiar em familiar. A familiarização é uma dinâmica em que objetos, indivíduos e eventos são percebidos e compreendidos em relação a encontros e paradigmas prévios. Assim, ao finalizar o processo de construção das RS, será possível identificar a imagem, a figura e o significado que determinado grupo apresenta sobre o tema investigado (Moscovici, 1984, apud Toledo, 2003).

A Análise Estrutural das RS

Identificados os processos formadores, apresenta-se duas noções-chaves para a análise estrutural das Representações Sociais: o princípio organizador e a teoria do núcleo central (Oliveira, 2003).

Segundo Doise (1993, apud Oliveira, 2003), a principal função do princípio organizador seria estabelecer os processos simbólicos que intervêm nos relatos sociais; assim, seria constituído um metassistema de regulação social que intervém sobre o sistema de funcionamento cognitivo.

Para Moscovici e Vignaux (1994, apud Oliveira, 2003) o princípio organizador reduz ao mesmo tempo a ambigüidade ou a polissemia inerente às idéias e às imagens e torna-o relevante em um dado contexto social.

Quanto à teoria do núcleo central, Abric (1998) afirma que as RS são organizadas em um núcleo central (elemento mais estável da RS) e em elementos periféricos (ligam a realidade concreta ao núcleo central).

O núcleo central apresenta duas funções essenciais: uma geradora, na qual “ele é o elemento pelo qual se cria, ou se transforma, a significação dos outros elementos constitutivos da representação”; e uma função organizadora, que “determina a natureza dos laços que unem entre si os elementos da representação”.

Em torno do núcleo central organizam-se os elementos periféricos com três funções primordiais: possibilitam a elaboração das RS e sua utilização em termos concretos; constituem o aspecto móvel e evolutivo das RS; e agem como um elemento de defesa do núcleo central. Assim, em caso de alteração das RS, necessariamente os elementos periféricos serão primeiramente afetados (Martins et al, 2003).

A Coleta dos Dados

Sendo as representações “resultado de um contínuo burburinho e um diálogo permanente entre indivíduos, um diálogo que é tanto interno quanto ex-

terno, e durante o qual as representações individuais ecoam ou são complementadas” (Moscovici, 1984, apud Spink, 1993), é necessário a coleta de material espontâneo. Assim, segundo Spink (1993), identificam-se três formas de obtenção dos dados: técnicas verbais, técnicas não-verbais e observação.

As técnicas verbais são as formas mais comuns de acessar as representações. Dentre elas, a associação livre vem assumindo importância cada vez maior na pesquisa, pois apresenta um caráter espontâneo e menos controlado dos relatos, com as representações encontradas revelando-se mais reais e fidedignas.

Nas técnicas não-verbais, utilizadas por De Rosa (apud Spink, 1993) em pesquisas sobre a RS da doença mental, identifica-se o emprego de desenhos com os dados obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas.

A observação promove meios de entender a gênese e a estrutura das RS *in situ*. Desse modo, segundo Moscovici, a observação poderá trazer para a Psicologia Social os mesmos benefícios que trouxe para a Antropologia e para Psicologia de Desenvolvimento (Spink, 1993).

Por fim, justifica-se a importância da adoção da Teoria das Representações Sociais pelo seu caráter inefável e indivisível do conhecimento sobre determinado tema dos grupos investigados.

Representações e Práticas Sociais

As RS, sendo uma forma de expressão do conhecimento ou do senso comum de sujeitos e sociedade, torna-se um instrumento capaz de identificar o que grupos sociais pensam sobre determinado assunto.

Para Minayo (1994, apud Cardoso; Gomes, 2000), na ótica das Ciências Sociais, a produção do conhecimento só se concretiza como saber a partir da experiência prática da ação humana. Por isso, as representações podem ser conceituadas como categorias de pensamento, ação e sentimento que expressam determinada realidade, na medida em que a explicam, justificam ou questionam.

A existência de práticas direcionadas à saúde e ao bem-estar social contribui para a obtenção de conhecimentos que podem garantir uma boa qualidade de vida aos sujeitos envolvidos. As representações sociais também avaliam se as práticas desenvolvidas estão organizadas de modo a possibilitar a produção de conhecimentos. Da mesma forma, identifica se indivíduos estão satisfeitos com as atividades desenvolvidas.

As representações comumente fazem uma articulação ou combinação de diferentes questões ou objetos, segundo uma lógica própria em sua estrutura abrangente de implicações, para a qual corroboram informações e julgamentos valorativos, colhidos das mais variadas fontes e experiências dos sujeitos e dos grupos nas relações interpessoais, especialmente nas marcadas pela interação *face to face* (Gomes, 2004).

A existência de práticas sociais colabora com a produção de conhecimentos corretos sobre os temas abordados nas atividades desenvolvidas. Assim sendo, torna-se imprescindível eleger a melhor forma de socializar os conteúdos previstos para cada encontro com os sujeitos.

Nesse viés, as representações podem ser consideradas um sistema de interpretação da realidade, organizando as relações dos indivíduos com o mundo e orientando suas condutas e comportamentos no meio social (Coutinho et al, 2004). Esses significados são compreendidos como constituídos e constitutivos da realidade social, sendo, portanto, explicativos e prescritivos da realidade social (Almeida; Cunha, 2003).

As representações sociais são ao mesmo tempo individuais e sociais. As respostas individuais são reflexos das manifestações do grupo social com o qual o sujeito compartilha experiências e vivências da sua vida pessoal, e os pronunciamentos semelhantes revelam certo nível de generalização, uma forma de pensar coletiva sobre um mesmo assunto. Isto denota o dinamismo das representações sociais e sua potencialidade para criar e transformar a realidade social (Sá, 2005).

Considerações Finais

Segundo a formação e estruturação das Representações Sociais, percebe-se que a teoria está fundamentada no sentido de descrever com clareza a realidade social investigada, além de proporcionar a possibilidade de justificar (considerando as relações individuais e coletivas identificadas) as percepções encontradas.

Considerando as RS como meio de identificar a realidade social, pode-se atribuir algumas capacidades para a teoria: capacidade de identificar o que sujeitos conhecem sobre determinado assunto; capacidade de reconhecer se as práticas desenvolvidas estão sendo bem assimiladas pelos participantes; capacidade de avaliar como as práticas estão sendo ofertadas e capacidade de avaliar o vínculo da sociedade com as práticas.

Assim, apresenta-se um instrumento capaz de atuar como aliado no planejamento, execução e avaliação de práticas destinadas a grupos sociais, uma ferramenta que tem a aptidão de aproximar os serviços de saúde e comunidade, a partir da identificação dos anseios e desejos dos diferentes grupos.

Referências

- ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia, GO, 1998.
- ABRIC, J. C. O estudo experimental das representações sociais. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro, RJ: Eduerj, 2001.
- ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; CUNHA, Gleicimar Gonçalves. Representações sociais do desenvolvimento humano. *Psicol. Reflex. Crit.*, vol. 16, n. 1, 2003.
- ANDRADE JUNIOR, Hermes de; SOUZA, Marcos Aguiar de; BROCHIER, Jorgelina Ines. Representação social da educação ambiental e da educação em saúde em universitários. *Psicol. Reflex. Crit.*, vol. 17, n. 1, 2004.
- ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 127-147, nov. 2002.
- CARDOSO, Maria Helena Cabral de Almeida; GOMES, Romeu. Representações sociais e história: referenciais teórico-metodológicos para o campo da saúde coletiva. *Cad. Saúde Pública*, vol. 16, n. 2, abr./jun. 2000.
- COUTINHO, Maria da Penha de L.; ARAUJO, Ludgleydson Fernandes de; GONTIES, Bernard. *Uso da maconha e suas representações sociais: estudo comparativo entre universitários*. *Psicol. estud*, vol. 9, n. 3, 2004.
- GOMES, Maria Auxiliadora de S. Mendes. Construção da integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde. *Ciênc. saúde coletiva*, vol. 9, n. 4, out./dez. 2004.
- MARTINS, Priscilla de Oliveira; TRINDADE, Zeidi Araújo; ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. *Psicologia: reflexão e crítica*, vol. 16, n. 3, 2003.
- OLIVEIRA, Maria Conceição. *Representações sociais do turismo na praia do Campeche – Ilha de Santa Catarina: por uma abordagem interdisciplinar*. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. (Tese de Doutorado em Ciências Humanas).
- PAIXÃO, Adriana Gomes. Representações sociais e a Síndrome de Down: entre o sofrimento e a sua superação. *Arquivos Brasileiros de Pediatria*, v. 4, n. 5, 1997.
- SÁ, Celso Pereira et al. A positividade e a negatividade do trabalho nas representações sociais de adolescentes. *Psicol. Reflex. Crit*, vol. 18, n. 1, 2005.
- Sá, Celso Pereira. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- SPINK, Mary Jane P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cad. Saúde Pública*, vol. 9, n. 3, jul./set. 1993.
- TEIXEIRA, Maria Cristina Triguero Veloz; SCHULZE, Clélia Maria Nascimento; CAMARGO, Brígido Vizeu. Representações sociais sobre a saúde na velhice: um diagnóstico psicossocial na Rede Básica de Saúde. *Estud. Psicol.* (Natal), vol. 7, n. 2, jul./dez. 2002.
- TOLEDO, Ário da Silva. *As representações sociais do profissional de Educação Física construídas por profissionais da saúde*. Universidade Católica de Brasília, 2003. (Dissertação de Mestrado).
- VELOZ, Maria Cristina Triguero; NASCIMENTO-SCHULZE, Clélia Maria; CAMARGO, Brígido Vizeu. Representações sociais do envelhecimento. *Psicol. Reflex. Crit*, vol. 12, n. 2, 1999.